



Em campanha por visibilidade política

Representantes de minorias lutam por representatividade e espaços de poder na CLDF e na Câmara dos Deputados. Especialistas destacam a importância para a democracia a inclusão desses grupos no processo eleitoral

» MILA FERREIRA

No Distrito Federal, apesar da pouca representatividade das minorias em cargos proporcionais, a luta por uma cadeira no Legislativo distrital e federal permanece viva por parte da população negra, indígena, LGBTQIAPN+ e pessoas com deficiência (PCD). Dos 657 postulantes aos cargos eletivos em 2026 no DF, 11 se declaram gays, 10 bissexuais, oito lésbicas, dois transgêneros e três indígenas. O recorte racial mostra que os candidatos que se declaram pretos e pardos representam a maioria, com 264 candidatos pardos e 89 pretos.

Cientista política pela Universidade de Brasília (UnB), Teresa Starling destaca que, apesar de o DF ter uma população significativa de pessoas LGBTQIAPN+, é um desafio alcançar um cargo eletivo. Os dados do IBGE de 2019 mostram que 2,9% da população adulta no DF se declarava homossexual ou bissexual, uma proporção maior do que a de São Paulo. “Brasília tem ambientes em que a presença LGBT é muito naturalizada, principalmente em determinados espaços universitários, culturais e sociais. Só que o DF também tem um eleitorado bastante conservador”, observa.

“Uma coisa é existir uma população LGBT, outra é uma pessoa apresentar essa identidade como parte pública de uma candidatura e conseguir transformá-la em capital político. Uma candidatura assumidamente LGBT pode enfrentar preconceito do eleitor e também barreiras dentro das próprias estruturas partidárias: apoio, visibilidade, espaço e recursos passam por um cálculo de competitividade eleitoral”, ressalta Teresa.

As eleições de 2026 são as primeiras em que o candidato tem a opção de divulgar ou não a orientação sexual no cadastro do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Das 657 candidaturas registradas no DF, 233 pessoas optaram por não divulgar a orientação sexual no cadastro eleitoral, isto é, 35,46% do total. “O candidato sabe que associar publicamente sua orientação sexual ao nome e à campanha pode produzir um custo eleitoral em determinados segmentos. E o próprio partido, às vezes, trabalha com cálculos de elegibilidade e de conversão daquela candidatura em votos. No fim, esse percentual elevado de não divulgação mostra justamente isto: a sexualidade continua tendo peso político”, avalia a especialista.

Diversidade

Candidato a deputado distrital pelo PT, o professor e servidor público Andrey Lemos representa várias minorias e defende mais visibilidade a todas elas. “Historicamente, o Brasil ignora, invisibiliza e negligencia a violência que as pessoas negras, LGBT, de terreiros e das periferias sofrem. Como pessoa preta, pansexual e candomblecista, sei o que é enfrentar o preconceito, as filas, ser preterido e rejeitado, as barreiras da mobilidade social e a ausência de oportunidades. Como servidor público, professor e pesquisador, sei também o que o Estado pode fazer para solucionar problemas históricos de desigualdades”, ressalta.

“Como parlamentar, quero participar do debate do orçamento e do planejamento, pensar o Distrito Federal para todas as pessoas. Aqui pode ser o lugar modelo de políticas públicas. Nós só queremos a oportunidade de viver em liberdade sendo quem somos e termos direito à saúde com dignidade, isso é felicidade”, acrescenta Andrey.

Cientista político pela UnB, mestre em análise de discurso e especialista em relações governamentais, André Rosa ressalta a relevância da representatividade LBGT-QIAPN+ nos espaços de poder no DF. “É

Thiago Kokama



Altaci Kokama: pautas indígenas

ANDRE GUAJAJARA



Madu Krasny: foco na juventude

importante não só pela causa reativa dentro das pautas de costumes, mas também como uma pauta propositiva para que se possa discutir mais políticas públicas de inclusão, o fim da discriminação no mercado de trabalho, entre outros eixos. É necessário que haja, tanto nas empresas quanto em outros eixos da sociedade, regulações e legislações que possam mitigar o preconceito e proporcionar uma inserção maior na sociedade das pessoas LGBT”, analisa.

Madu Krasny, candidata a deputada distrital pelo PSol, pretende se tornar a primeira parlamentar trans do Distrito Federal. “Resolvi me candidatar para lutar por melhorias no serviço público. Sou usuária do transporte público, utilizo a UBS próxima a minha casa, faço minha terapia hormonal no Ambulatório Trans da SES/DF e tenho acompanhado o sucateamento desses serviços. Tive minha vida transformada pela educação e hoje sou professora formada pela UnB. Vejo o quão defasado está o quadro de funcionários da Secretaria de Educação e quero mudar esta realidade. Quero ser uma voz ativa da juventude, da periferia e da cultura candanga na CLDF”, afirma.

“Para além da representatividade de quem veio das mazelas e conseguiu superá-las, quero defender um projeto de refundação do Brasil e do DF, onde mulheres, negros e negras, indígenas, PCDs e pessoas LGBTQIAPN+ estejam incluídas de verdade”, completa Madu.

Consultora de comunicação política e doutoranda em ciência política na UnB,

Ascom/Doutora Jane



Doutora Jane: “Abrir caminhos”

André Gagliardo



Ruth Venceremos: mais diversidade

Deniza Gurgel reforça a relevância da representatividade LGBTQIAPN+. “É preciso trazer as pautas deste grupo para o debate político com uma possibilidade real de implementação de políticas públicas. As legislações só serão alteradas pelas pessoas que estão no legislativo ocupando cadeiras. Faz toda diferença ter alguém que tenha as vivências LGBT e que seja empático e solidário a esta luta”, frisa. “É importante ressaltar que este é um grupo diverso (LGBTQIAPN+), com demandas diversas”, acrescenta.

Além da política

Primeira suplente de deputada federal no DF, a pedagoga, produtora cultural e ativista Ruth Venceremos concorre pela segunda vez a uma vaga na Câmara dos Deputados pelo PT e destaca que a atuação política vai além da busca por uma cadeira na Casa.

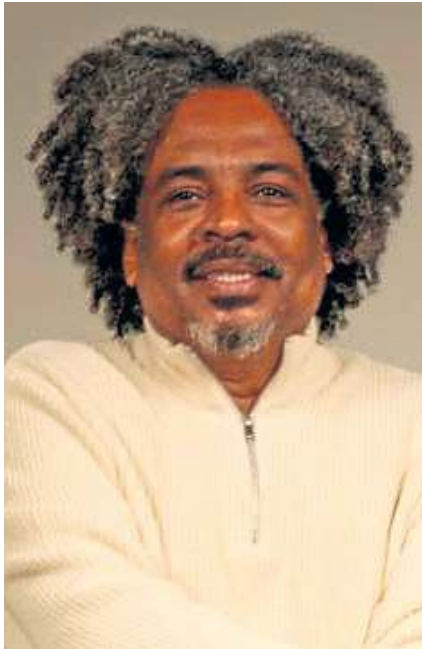
“Minha candidatura não é uma busca por um mandato. É a consequência de uma trajetória política que comecei a traçar aos 13 anos, quando fui morar em um assentamento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Lá eu comecei a compreender a importância do povo ocupar o seu lugar na política para promover a mudança que precisamos ver na vida das pessoas. O Congresso Nacional precisa ter a cara do povo. Que Parlamento é esse que não reflete a diversidade da nossa população e que não defende os interesses legítimos do povo? Essa mudança é urgente”,

Divulgação



Abel Rodrigues: acessibilidade

Tiago Machado Carneiro



Andrey Lemos: pensar em todas as pessoas

diz. “A sociedade é formada por um conjunto diverso e essas pessoas precisam estar nas tomadas de decisão do nosso Legislativo”, acrescenta.

Recorte racial

Apesar de serem maioria entre os candidatos nas eleições deste ano, a representatividade das pessoas pretas e pardas não têm se refletido nas urnas. Na legislatura atual na Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), três deputados se declaram pretos e oito pardos. Dos parlamentares autodeclarados pretos, Doutora Jane é a única mulher. A deputada é candidata à reeleição pelo partido Republicanos e busca se reeleger para dar continuidade à sua atuação em favor das mulheres e pessoas negras. “Eu carrego comigo a responsabilidade de abrir caminhos e mostrar para meninas e mulheres negras do Distrito Federal que elas também podem estar onde as decisões são tomadas. É uma honra, mas, acima de tudo, um compromisso”, afirma a parlamentar.

“A população negra é maioria no Distrito Federal e precisa se enxergar nos espaços de poder. A representatividade importa porque nossas experiências, nossas dificuldades e também nossas potencialidades precisam fazer parte da construção das políticas públicas”, defende a delegada da Polícia Civil Doutora Jane.

O cientista político e sócio da Holding Assessoria, André César, comenta a necessidade de mais representatividade negra

na política e destaca que não é só por aqui que, apesar de maioria entre os candidatos, essa população ocupa um espaço pequeno na política. “Isso retrata a desigualdade no Brasil. Por mais que os cidadãos brasileiros que se identificam como pretos e pardos sejam maioria, eles não são escolhidos para espaços de poder. Infelizmente, é uma equação difícil de se solucionar (a pouca representatividade negra). O caminho é o letramento e a educação”, analisa.

Por mais justiça

A primeira professora indígena da UnB, Altaci Kokama, é candidata a deputada distrital pelo PT e pretende lutar por justiça na CLDF. “Decidi me candidatar para levar a voz da natureza, da Mãe Terra e do Cerrado, a voz das mulheres, da educação ao espaço onde são tomadas decisões que impactam diretamente nossas vidas. Quero defender a vida, as águas, os territórios, os povos e o futuro das próximas gerações”, destaca.

“Precisamos falar por nós mesmos e por todas as vozes que confiam em mim. É preciso que estejamos em espaços de poder, participando das decisões e contribuindo com outras formas de compreender e cuidar da vida. Brasília carrega uma memória dolorosa para os povos indígenas: foi aqui que Galdino Pataxó foi brutalmente assassinado, um fato que nos lembra da urgência de combater o racismo e a violência contra os povos indígenas. Por isso, ocupar o Legislativo significa transformar a memória em luta, representação e compromisso com a vida”, afirma a candidata.

A cientista política Teresa Starling destaca que há uma população indígena no DF, mas não o suficiente para eleger um parlamentar. “O DF tem cerca de 5,8 mil pessoas indígenas. É uma população proporcionalmente pequena, mas extremamente diversa e presente no território”, observa. “Há vários tipos de representatividade, inclusive a representatividade formal, em que o voto é como uma procuração para que aquela pessoa, independentemente de ter características em comum com o eleitor, possa representar as pautas que ele ache relevante, o que pode levar a eleger uma pessoa indígena”, completa a consultora de comunicação política e doutoranda em ciência política na UnB, Deniza Gurgel.

Precarização

O ex-trabalhador de aplicativo Abel Santos é candidato a deputado distrital pelo PSol e pretende trabalhar pelo fim da precarização desta categoria dos entregadores motociclistas e em favor dos PCDs. Ele perdeu a força e a mobilidade do braço esquerdo por conta de um acidente que sofreu enquanto fazia entregas. “Isso impactou minha vida de forma drástica. Nós, PCDs, precisamos de redes especializadas de atendimento, viabilidade de acesso aos serviços públicos com mais agilidade e eficiência, adaptações no transporte público, apoio psicológico, mais espaço para quem tem limitações de ter independência financeira e uma vida plena, para que tenhamos isso é preciso de leis que garantam os acessos e atendimentos além de conscientização sobre a importância de se amparar e dar dignidade para que possamos viver”, defende.

“As pessoas com deficiência (PCDs) vivem na prática as necessidades deste espectro da sociedade. Ter um representante onde as decisões são tomadas e leis são estabelecidas é importante para ampliar o debate sobre acessibilidade nos espaços de poder”, comenta a consultora de comunicação política e doutoranda em ciência política na UnB Deniza Gurgel.